

# Diferentes perspectivas sobre os conflitos político-religiosos do Império Romano Tardio: os olhares de Amiano Marcelino e Paulo Orósio (séculos IV e V)

Different perspectives on the political-religious conflicts of the Late Roman Empire: the views of Ammianus Marcellinus and Paulus Orosius (4th and 5th centuries)

Diferentes perspectivas sobre los conflictos político-religiosos del Imperio Romano Tardío: las miradas de Amiano Marcelino y Paulo Orosio (siglos IV y V)

Thaís de Almeida Rodrigues\*  
Ana Carolina Picoli Sotocorno\*\*

\* Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca)  
thaís.a.rodrigues@unesp.br



\*\* Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca)  
ana.c.sotocorno@unesp.br



Submetido em: 20-7-2023

Aceito em: 29-8-2023

## RESUMO

A Antiguidade Tardia é um período abundante em conflitos político-religiosos, incluindo disputas e alianças de poder cujo equilíbrio estava em constante transformação. O cenário tardo-antigo reúne rivalidades religiosas entre os cristanismos, os judaísmos e as religiões politeístas, disputas de território internas e com os povos bárbaros, competições pelo poder imperial, entre outros fatores que tornam esse período tão único. Dentro desse panorama abrangente, concentramos nossa análise nas perspectivas de Amiano Marcelino, autor advindo da região oriental e seguidor do politeísmo, e Paulo Orósio, de origem ibérica e defensor do cristianismo niceno. Para isso, utilizaremos suas obras principais: *Res Gestae* (380–390), escrita por Amiano, e *Historiae Adversus Paganos* (416–417), escrita por Orósio, produções que revelam como seus contextos particulares influenciaram na interpretação dos eventos descritos.

**Palavras-chave:** Conflitos político-religiosos; Antiguidade Tardia; Amiano Marcelino; Paulo Orósio.

## ABSTRACT

Late Antiquity is a period abundant in political and religious conflicts, including power disputes and alliances, the balance of which was constantly shifting. The late antique scenario encompassed religious rivalries among different forms of Christianity, Judaism, and polytheistic religions, internal territorial disputes, as well as conflicts with barbarian

peoples and competitions for imperial power, among other factors that made this period so unique. Within this comprehensive panorama, our analysis focuses on the perspectives of Ammianus Marcellinus, an author from the eastern region and a follower of polytheism, and Paulus Orosius, of Iberian origin and a defender of Nicene Christianity. To accomplish this, we will use their main works: *Res Gestae* (380–390), written by Ammianus, and *Historiae Adversus Paganos* (416–417), written by Orosius, which reveal how their particular contexts influenced the interpretation of the events described.

**Keywords:** Political-religious conflicts; Late Antiquity; Ammianus Marcellinus; Paulus Orosius.

## RESUMEN

La Antigüedad Tardía es un período abundante en conflictos político-religiosos, incluyendo disputas y alianzas de poder cuyo equilibrio estaba en constante transformación. El escenario de la antigüedad tardía engloba rivalidades religiosas entre las diferentes formas de cristianismo, judaísmo y religiones politeístas, disputas territoriales internas y con los pueblos bárbaros, competencias por el poder imperial, entre otros factores que hacen de este período algo único. Dentro de este amplio panorama, concentramos nuestro análisis en las perspectivas de Amiano Marcelino, un autor proveniente de la región oriental y seguidor del politeísmo, y de Paulo Orosio, de origen ibérico y defensor del cristianismo niceno. Para ello, utilizaremos sus obras principales: *Res Gestae* (380–390), escrita por Amiano, y la obra *Historiae Adversus Paganos* (416–417), escrita por Orosio, producciones que revelan cómo sus contextos particulares influyeron en la interpretación de los eventos descritos.

**Palabras-clave:** Conflictos político-religiosos; Antigüedad Tardía; Amiano Marcelino; Paulo Orosio.

## Considerações iniciais

Os conflitos político-religiosos durante a Antigüedad Tardia são extensos e plurais. Mesmo quando falamos somente em conflitos envolvendo o cristianismo, poderíamos citar uma série de divergências internas, cismas teológicos e disputas com outros grupos religiosos, tais como os judeus e politeístas. Dentre essa miríade de possibilidades, nos debruçamos em analisar as perspectivas do politeísta Amiano Marcelino (c. 330–392 d.C.) e do cristão niceno Paulo Orósio (384–420) acerca do entrosamento do cristianismo com o poder imperial nos séculos IV e V da Era Comum. Para tanto, faremos uso das obras *Res Gestae* (380–390) e *Historiae Adversus Paganos* (416–417), de autoria de Amiano e Orósio, respectivamente. Temos como mote principal comparar seus posicionamentos e compreender as facetas dos conflitos político-religiosos do Império no período em questão, principalmente refletindo como a aproximação do cristianismo com o governo imperial afetava o Ocidente e Oriente, já que nossos autores compartilham de origens diferentes: enquanto Amiano Marcelino nasceu em Antioquia, Paulo Orósio é ibérico.

Isso à vista, podemos elencar a legislação romana como um ponto de partida para delimitar as políticas imperiais em relação ao cristianismo. É no

ano 380, data próxima a escrita da obra de Amiano Marcelino, que o cristianismo é considerado como a religião oficial do Império Romano. Vejamos:

(380) Edito dos Imperadores Graciano, Valentiniano II e Teodósio I, Augustos, ao povo da cidade de Constantinopla. É Nosso desejo que todos os povos governados pela administração de Nossa Clemência pratiquem a religião que o divino Apóstolo Pedro transmitiu, introduziu e proclama até hoje aos romanos, religião esta seguida pelo Pontífice Dâmaso e por Pedro, Bispo de Alexandria, homem de santidade apostólica, ou seja, segundo a disciplina apostólica e a doutrina evangélica, creremos na única Divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, sob o conceito de igual majestade e da Santíssima Trindade. Também ordenamos que as pessoas que seguem esta regra façam uso do nome de cristãos católicos. Os demais, porém, a quem julgamos dementes e insanos, sustentarão a infâmia de dogmas heréticos, seus locais de reunião não receberão o nome de igrejas e eles deverão ser punidos, primeiro pela vingança divina e, em segundo lugar, pela retribuição de nossa própria iniciativa, que assumiremos de acordo com o julgamento divino (*Código Teodosiano*, XVI, 1,2).

Na Antiguidade Tardia, ao observar o cristianismo sendo introduzido no Império Romano, vemos também uma redefinição da ideia de poder imperial e dos papéis políticos, sociais e religiosos no governo romano. Isto é, através da interação crescente entre os domínios administrativo, político, econômico, social, religioso e militar, as esferas político-religiosas se fundiam cada vez mais no contexto histórico tardo-antigo. Para Maria Victória Escribano Paño “a interdição de ser cristão deu lugar à redefinição das noções de ortodoxia e à transformação dos métodos de debate entre os cristãos” (ESCRIBANO PAÑO, 2003, p. 178-79). Em outras palavras, podemos dizer que durante os séculos IV e V, houve um ambiente favorável para discussões teológicas sobre as diferentes correntes do cristianismo. Consequentemente, esse período testemunhou um amontoado de discussões e disputas acerca de crenças, doutrinas, práticas litúrgicas, estenoses morais e estilos de vida ascéticos.

Logo, para garantir o triunfo de suas interpretações, os diferentes grupos de cristãos buscavam se aproximar do poder imperial através da mediação dos bispos (PAPA, 2014, p. 32). De acordo com Claudia Rapp, as responsabilidades desempenhadas pelos bispos eram bastante semelhantes às dos patronos e benfeitores públicos na prática. As atividades dos bispos abrangiam uma gama mais ampla de preocupações, inclusive políticas, principalmente porque tinham acesso a recursos financeiros mais estáveis (RAPP, 2005, p. 156).

Apesar da interação paulatina entre o cristianismo e o poder imperial, Helena Amália Papa nos alertou para que “ao invés de um período de Paz

na Igreja, como proclamou a historiografia durante muito tempo, houve, no século IV d.C., a multiplicação de controvérsias e cismas teológicos, enfim, de vários cristianismos” (PAPA, 2014, p. 31). Segundo a historiadora, para combater as dissidências doutrinárias, a partir de Constantino, “os eclesiásticos buscaram a legitimação do imperador nas decisões conciliares e sinodais a fim de fortalecerem a crença em suas correntes, ou seja, em seus ideais político-religiosos” (PAPA, 2013, p. 53-54). Esse Imperador convocou uma série de reuniões eclesiásticas para tentar resolver os problemas causados pelos embates dogmáticos cristãos. Dessa forma, o Primeiro Concílio Ecumênico ocorrido em Niceia, na Bitínia, em 325, intentava combater o arianismo e estabelecer a ortodoxia do credo niceno (PAPA, 2013, p. 47-48). Dentre as inúmeras interpretações teológicas, o arianismo foi uma que adquiriu bastante força sendo capaz de ameaçar as aspirações de ortodoxia nicena (PAPA, 2013, p. 53).

De modo similar a Papa, Mark Humphries chamou a atenção para o fato de que, mesmo depois do cristianismo ser oficialmente estabelecido como a religião do Império Romano em 380, afirmar que os cultos politeístas desapareceram e suas atividades foram proibidas por decretos imperiais é uma simplificação que distorce uma realidade complexa e diversificada. Nessa perspectiva, considerar o cristianismo, a partir de Constantino, como o único fator relevante na história religiosa da Antiguidade Tardia, exceto por Juliano, pode levar a uma generalização inadequada, conforme destacado pelo autor. O historiador também ressalta que igualmente importantes são as várias restrições que limitavam a eficácia dos decretos imperiais em questões religiosas. Isso ocorre porque há uma diferença entre o desejo do imperador de proibir uma determinada prática religiosa e o cumprimento desse desejo na prática cotidiana em diferentes regiões do Império Romano (HUMPHRIES, 2018, p. 63).

Segundo Humphries, alguns autores como Eusébio de Cesareia (265–339) e o poeta alexandrino Palladas defendiam a ideia de que Constantino foi responsável pela destruição do paganismo. No entanto, nem todos os adeptos do politeísmo consideravam o governo desse imperador tão drástico. Por exemplo, o ateniense Nicagoras escreveu um grafito no antigo túmulo do faraó Ramsés VI, no qual expressou sua gratidão aos deuses e ao piedoso imperador Constantino. Além disso, podemos destacar a resposta de Constantino a um pedido da cidade de Spello durante os últimos anos de seu governo. Esse pedido envolvia a mudança de nome da cidade em homenagem à sua família, a realização de um festival e a construção de um templo dedicado à sua dinastia. O fato de Constantino

ter concordado com essa proposta revela uma contradição em relação à imagem do imperador cristão virtuoso que nos é apresentada por Eusébio e pela historiografia do século XX (HUMPHRIES, 2018, p. 71).

Esse assunto também chamou o interesse de Paulo Orósio. Segundo o presbítero bracarense “imediatamente depois, Constantino mudou, ele o primeiro, a ordem anterior em uma nova ordem justa e sagrada: ele ordenou com efeito que os templos dos pagãos fossem fechados sem executar nenhuma pessoa” (ORÓSIO, VII, 28, 28). No entanto, podemos considerar isso como parte de um exercício retórico. É importante ressaltar que Orósio estava interessado em demonstrar a superioridade do período cristão e convencer os leitores não cristãos dessa ideia. Portanto, para ele, era conveniente argumentar que o próprio Império havia abandonado outros cultos. Todavia, reforçamos que o Império Romano não estava completamente cristianizado durante o século IV e, pelo menos, até o início do século V. Isso ocorre principalmente porque o próprio cristianismo niceno ainda não estava estabelecido como ortodoxo e enfrentava disputas com outras correntes do cristianismo e com os judeus.

Retomando o papel da legislação romana nesse processo, Escribano Paño pontuou que as leis imperiais viabilizaram a delimitação das identidades religiosas no Império Romano, trazendo novas definições para a concepção de religião e de incorporação de crenças em regulamentos legais. Principalmente após o Edito de Tessalônica, a lei foi usada como meio de evitar a mistura com os judeus, pagãos e outros tipos de cristãos, que eram considerados heréticos de acordo com a lógica nicena, com os priscilianistas e arianos. Nesse sentido, o imperador, com o objetivo de estabelecer legalmente a identidade cristã oficial e ortodoxa, e possivelmente em resposta às demandas dos nicenos, promulgou leis que criminalizaram diversas interações com os diferentes grupos religiosos da época (ESCRIBANO PAÑO, 2011, p. 35, 38). No entanto, novamente pontuamos a distância entre as disposições legais e as práticas cotidianas nas diversas regiões pertencentes ao Império Romano. A promulgação e aplicação das leis era um processo fluido que dependia de muitos fatores, bem como a colaboração das elites locais.

Tendo em mente esse contexto político-religioso, a seguir, debatemos acerca das opiniões e perspectivas do autor militar Amiano Marcelino quanto aos conflitos político-religiosos. Em particular, analisaremos o caso do Imperador Juliano e a população de Antioquia. Logo depois, demonstraremos o ponto de vista de Paulo Orósio em relação ao poder imperial e aos conflitos político-religiosos que estavam em curso durante os séculos IV e V da Antiguidade Tardia.

## Percepção dos conflitos político-religiosos em Amiano Marcelino: o Imperador Juliano x a cidade de Antioquia

Da perspectiva do Império Romano Tardio Oriental, Amiano Marcelino é autor de uma documentação interessante para observar o desenrolar dos conflitos político-religiosos descritos por ele. Amiano Marcelino era um seguidor da religião helênica num período em que o cristianismo avançava territorial e politicamente no Império Romano. Como já mencionado, quando escreveu as *Res Gestae* nos anos 380, um imperador cristão hostil a qualquer outra religião que não fosse o cristianismo niceno estava no poder, Teodósio I (378–395). A oficialização do cristianismo niceno nesse período possibilitou a efervescência de críticas ao governo do Imperador neoplatônico Juliano e sua política religiosa e, por outro lado, opiniões negativas quanto à política militar de Teodósio I foram levantadas, principalmente em razão dos tratados desvantajosos para o lado romano estabelecidos com os persas por esse governo (CARVALHO, 2020, p. 3).

Acreditamos que Amiano pode ter se aproveitado dessa onda de críticas aos governos imperiais recentes para incluir em suas *Res Gestae* suas próprias críticas, de forma velada, ao governo vigente no momento de sua escrita. Por exemplo, ao criticar os excessos religiosos supostamente cometidos por alguns imperadores, inclusive Juliano, poderia estar se referindo, ao mesmo tempo, aos atos de Teodósio I em prol do cristianismo.

Nesse contexto, é provável que Amiano tenha optado por se abster o máximo possível em criticar os cristãos – não que tenha evitado completamente – e de relatar acontecimentos que envolviam motivações cristãs – ou não os tenha achado relevantes o suficiente. As *Res Gestae* dão maior destaque para a descrição de eventos políticos e militares, todavia, em alguns momentos, casos envolvendo cristãos e cristianismos acabaram sendo citados, já que estavam diretamente envolvidos com os episódios narrados por Amiano.

As *Res Gestae*, embora não tenham sido conservadas em sua totalidade, são fundamentais para o estudo dos acontecimentos da segunda metade do século IV. Amiano nasceu entre os anos 320 e 330 em Antioquia, Síria, no seio de uma família de curiais (ROHRBACHER, 2002, p. 14). Por conta da influência de sua família, adentrou o exército como *protector domesticus* acompanhando o General Ursicino. Sua trajetória militar possibilitou que ele percorresse várias localidades do império romano, até mesmo a parte ocidental. Além do mais, vários fatos históricos descritos nas *Res Gestae* foram testemunhados pelo próprio autor durante o período que serviu o exército (THOMPSON, 1947, p. 1-19).

As *Res Gestae* cobrem o intervalo da história romana situado entre 96 E.C. e 378 EC, ou seja, entre o governo do Imperador Nerva (30–98) e a morte do imperador Valente (328–378) na Batalha de Adrianópolis (378). Logo, essa obra é composta por trinta e um livros, cujos sobreviventes foram os números do XIV ao XXXI (BARNES, 1998, p. 1-19). Em tais volumes, grande destaque é dado para o Imperador Juliano. Amiano Marcelino dedica dez de seus livros para descrever o governo desse imperador (XV–XXV) considerado como o “último imperador pagão” pela tradição historiográfica cristã. Ao mesmo tempo, o autor constrói uma narrativa que coloca figuras como os Imperadores Constantino e Constâncio II, além do César Galo, como maus governantes, em contraposição a Juliano.

Esses governantes fazem parte da mesma dinastia, a Constantiniana. Entretanto, Juliano teve sua vida abalada pelo Massacre de 337, quando todos os homens adultos de sua família foram assassinados, provavelmente, a mando dos filhos do imperador Constantino I. Com a morte deste imperador e a questão da sucessão, seus filhos Constantino I, Constâncio II e Constâncio II parecem ter optado por eliminar possíveis obstáculos aos seus governos matando os descendentes da linhagem da imperatriz Teodora, segunda mulher com quem Constâncio I, pai de Constantino I, teve filhos. Apenas Juliano e seu meio irmão, Galo foram poupados devido a tenra idade. (BOWERSOCK, 1978, p. 23; CRAWFORD, 2016, p. 31-32).

Após o ocorrido, Juliano e Galo foram afastados da corte de Constantinopla sob ordens de Constâncio II (ATHANASSIADI, 1992, p. 37). Ao longo dos anos, Juliano foi realocado para outras residências imperiais onde ficou sob a tutela de professores que seguiam variadas filosofias ou religiões. Podemos apontar dentre esses mestres o Eunuco Mardônio, que teria lhe apresentado a cultura helênica, que se tornou a sua grande influência; sendo que o bispo Eusébio de Nicomédia se encarregou de educar Juliano nos preceitos arianos e o bispo, também ariano, George da Capadócia que além do arianismo, possibilitou que Juliano acessasse sua biblioteca que contava com os mais variados livros de retórica, de filosofia e comentaristas (BIDEZ, 2012, p. 17-25).

Em 351, diante da necessidade de uma frente defensiva na parte oriental do Império, enquanto lutava contra o usurpador Magnêncio no ocidente, Constâncio II nomeou Galo como César e o enviou à Antioquia junto com Constantina, irmã do imperador, como esposa. No entanto, em 354, Galo foi executado por suspeita de ambição e conspiração para usurpar o Império. Amiano Marcelino ainda acusa o casal de cometer crueldades contra as elites antioquianas durante sua estadia na cidade:



A essa crueldade [de Galo] havia sido adicionado, além disso, um forte incentivo, sua esposa, que era excessivamente orgulhosa de ser irmã do Augusto, e com quem seu pai, Constantino I, havia casado com Hanibaliano, filho de seu irmão. Esta foi uma verdadeira Fúria feita mulher [Megaera quaedam mortais], que continuamente inflamou a raiva de seu marido, e que tinha tanta sede de sangue quanto ele. Ambos foram ganhando experiência, ao longo do tempo, na arte de fazer mal e, usando capangas astutos, que espalhavam boatos e acrescentavam falácias ao que se descobria, sempre atentos às notícias falsas de que gostavam, caluniavam inocentes com a desculpa de que desejavam poder ou usavam artes proibidas (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XIV, 1, 2).

Nesse ínterim, Juliano foi chamado à Milão sob a acusação de ter saído do domínio imperial de Macellum sem permissão do Imperador para entrar em contato com seu meio-irmão e participar de sua conspiração. Apesar da situação delicada, Juliano conseguiu se explicar graças à mediação da Imperatriz Eusébia entre ele e o Imperador (Juliano, *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia*, 118 b-c) Em seguida, também por intermédio dessa Imperatriz, Juliano foi nomeado César e enviado para Gália em 355 (JULIANO, *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia*, 121c-123c; AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XV, 2, 8).

Nessa localidade, após vários sucessos em campanhas militares, no ano de 361, Juliano foi aclamado Imperador pelas tropas gaulesas. Até o momento, Constâncio II era o único imperador e não aceitou a sugestão de Juliano de ser seu “coimperador”. Sem acordo, o embate bélico entre os primos era certo, no entanto, antes que a guerra civil pudesse começar, Constâncio II morreu em decorrência de uma febre e Juliano tornou-se seu sucessor. O novo Imperador, logo ao assumir, precisou enfrentar um antigo inimigo dos romanos, os povos persas (BIDEZ, 1932, p. 210; GARCÍA BLANCO, 1979, p. 305; HUMPHRIES, 2012, p. 77).

Ao se colocar em marcha contra os persas, o Imperador Juliano estabeleceu-se junto de seu exército na cidade de Antioquia entre julho de 362 e março de 363, devido à sua localização estratégica (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 9,2). Tal permanência não foi bem recebida pelos residentes da cidade como o próprio imperador nos transmite em sua sátira denominada *Misopogon*. Nessa obra, cujo título significa “o inimigo da barba”, Juliano utiliza-se do tom satírico para criticar os antioquianos.

A cidade de Antioquia era a segunda maior cidade do Oriente romano, com uma população crescente devido às migrações de pessoas providas de outras regiões da Síria-Palestina, da Ásia Menor e de outros territórios, abrigando assim, diversidade étnica, cultural e religiosa (SILVA, 2018, p. 376). Com o crescimento do cristianismo, essa cidade passou a ser palco



de disputas religiosas, o que pode ser exemplificado pela implementação de inúmeras comemorações em honra aos mártires e santos na tentativa de ofuscar as festividades de outras religiões, como as de vertente helênica e as judaicas (SILVA, 2018, p. 376).

A princípio, Juliano foi bem recebido pela população. Amiano Marcelino relata que os antioquianos o receberam como uma divindade (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 9,14). No entanto, essa cordialidade não durou muito tempo. Nos primeiros meses em Antioquia, Juliano se dedicou aos assuntos administrativos e judiciais da cidade, como afirmou o autor antioquiano:

Enquanto ele passava o inverno ali, ele não se deixou levar por nenhuma das tentações e prazeres que abundam em toda a Síria, mas, por diversão, dedicou-se a diversos assuntos judiciais, bem como a outros importantes assuntos militares, distraíndo-se com estas múltiplas ocupações. E assim, uma vez escutado com atenção, refletiu para encontrar a maneira pela qual atribuiria o seu a cada um. Desta forma, com sentenças sempre justas, os culpados eram punidos com penas moderadas e os inocentes conseguiam manter seus bens a salvo. (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 10.2)

O historiador militar complementa que Juliano em nenhum momento puniu qualquer cidadão em razão de sua inclinação religiosa (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 10.2), ser o mais justo possível em suas decisões (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 10.3) e demonstrava clemência quando necessário (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 10.5). Mesmo assim, segundo Amiano, o imperador errou em algumas ocasiões, deixando-se guiar por sua vontade e não pela lei (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 10.6).

Algumas condições faziam com que a cidade de Antioquia ficasse mais propensa a descontentamento. Como Amiano Marcelino afirmou, a região era acometida por uma seca (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 13.4), e passava por uma crise de abastecimento de grãos, cujo preço estava inflacionado. Juliano tentou tabelar o preço do pão, o que atraiu habitantes das áreas rurais para o centro urbano, aumentando a procura (BOWERSOCK, 1997, p. 100). Além disso, a presença do exército demandava uma grande quantidade de suprimentos para o abastecimento das tropas. Outro fator importante é que a política religiosa que Juliano impôs sobre Antioquia desagradava tanto cristãos quanto politeístas (KLEINAMAN, 2008-2009, p. 69).

Quanto a esse último fator, um bom exemplo é que Juliano não aprovava os excessos cometidos pelos politeístas, como excesso de bebidas alcoólicas e orgias, durante as variadas celebrações religiosas que acon-

teciam com frequência na cidade (SILVA, 2018, p.381). Por outro lado, a assiduidade de sacrifícios de animais promovidas pelo Imperador em honra aos deuses e o consumo das carnes advindas desses rituais pelos soldados aborreciam os cristãos (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 12,6).

O autor antioquiano narra um episódio interessante que demonstra como a situação político-religiosa era complexa em Antioquia: o incêndio no templo de Apolo em Dafne.

Quando removemos o cadáver de Dafne, alguns de vocês [antioquianos], devidamente honrando aos deuses, devolveram o santuário do deus de Dafne [Apolo] àqueles que se irritaram com as relíquias do cadáver [de Bábilas], porém outros [antioquianos cristãos], secretamente ou não, causaram aquele incêndio, que foi aterrador para os estrangeiros que estavam de passagem, no entanto, deram prazer para o seu povo [cristãos], e o Senado não se importou com o acontecido. (JULIAN, *Misopogon*, 361 b)

Conforme observamos na passagem de Juliano, esse Imperador, durante as obras de revitalização, ordenou a remoção dos restos mortais, dentre eles o do mártir cristão chamado Bábilas que haviam sido acomodados nos arredores do templo de Apolo pelo meio-irmão de Juliano, Galo, enquanto era César de Constâncio II. Essa ação visava purificar o templo, pois para a religião helênica lugares de enterramento são impuros, essa crença acredita ser importante separar o mundo dos vivos do mundo dos mortos. Dessa forma, Juliano visava apaziguar os deuses para que o favorecessem na guerra vindoura contra os persas (ALONSO-NÚÑEZ, 1979, p. 313)

Amiano intitula o capítulo 14 do livro XXII como “o imperador Juliano acusa injustamente os cristãos de queimar o templo de Apolo em Daphne e ordena o fechamento de uma importante igreja em Antioquia”. O episódio é narrado da seguinte maneira: no dia 22 de outubro, um incêndio repentino tomou o templo de Apolo em Dafne, destruindo-o assim como a uma estátua famosa que era uma réplica Júpiter de Olímpia (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 13.1); tal evento teria despertado a ira do Imperador que ordenou que se iniciasse uma investigação rigorosa e, suspeitando que os culpados fossem cristãos descontentes com a suntuosidade investida no templo de Apolo, fez que o templo cristão mais importante de Antioquia fosse interditado (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 13.2).

O autor antioquiano não culpa os cristãos por esse incêndio. Amiano comenta sobre rumores de que o fogo teria se iniciado por culpa de um filósofo chamado Asclépio que teria acendido muitas velas sob os pés da estátua de Júpiter, deixando-as queimar durante a noite. Quando faíscas

teriam atingido algumas madeiras secas o incêndio se iniciou e, sem que ninguém tivesse percebido, o fogo tomou o Templo (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XX, 13.3).

Sendo esses rumores verdadeiros ou não, o fato de Amiano não se aproveitar dessa ocasião para incriminar os cristãos demonstra que esse autor não era hostil à essa religião. E. D. Hunt (1985) corrobora com essa visão ao demonstrar que o cristianismo do Imperador Constâncio II não era um dos fatores que contribuíam para a visão desfavorável que o historiador militar tinha desse imperador. Como apontou Hunt (1985, p. 187), Amiano Marcelino reprovava a “superstição”, o excesso, que algumas das ações de Constâncio II causaram a “perversão dos méritos do cristianismo” (HUNT, 1985, p. 187). Nesse sentido, quando Juliano cometia práticas religiosas desmedidas, era igualmente censurado (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXII, 12.6).

Para os cristãos, a remoção dos restos mortais de seu mártir foi terrivelmente ofensiva. Ademais, autores cristãos, como João Crisóstomo e Sozomeno, responderam às acusações de Juliano afirmando que a causa incêndio teria sido o descontentamento do deus cristão com a tentativa de Juliano em reestabelecer o culto a Apolo (HUNT, 1985 p. 193). Como vimos, Juliano, assim que se estabeleceu nessa localidade, fez algumas mudanças na estrutura do governo local e tomou medidas religiosas que descontentaram a população. Dessa forma, acreditamos que o problema entre o Imperador Juliano e a cidade de Antioquia é multifatorial e apresenta cunho político-religioso. Nesse sentido, a retratação desse episódio nas *Res Gestae* de Amiano Marcelino é um exemplo de como o autor tenta contornar as motivações religiosas, provavelmente, buscando evitar a menção de fatos que pudessem colocá-lo em uma posição difícil com os cristãos e com o governo vigente.

## **Poder Imperial e conflitos político-religiosos: a perspectiva do autor niceno Paulo Orósio**

Paulo Orósio escreveu originalmente uma obra com ambições universais, mas que acabou se tornando uma narrativa da própria história romana. Nesse contexto, o saque de Roma em 410, executado pelos visigodos, teve um impacto significativo na redação de sua obra. Esse evento levou Orósio a produzir um relato combativo, direcionado a uma opinião pública politeísta que atribuía os desastres ocorridos no Império ao cristianismo. Através dessa perspectiva, Orósio busca demonstrar que os infortúnios

não se limitaram ao período cristão e que os acontecimentos anteriores à chegada do cristianismo foram ainda piores. Em outras palavras, podemos dizer que Orósio objetivava mostrar aos leitores a superioridade do cristianismo niceno. Para o presbítero, seu próprio tempo é considerado superior, principalmente por ser um participante da religião cristã, levando-o a reavaliar o passado em comparação com sua realidade contemporânea (VAN NUFFELEN, 2012, p. 1; MARTÍNEZ CAVERO, 2002, p. 161-62; SÁNCHEZ SALOR, 1982, p. 19-24).

Dessa maneira, ao falar sobre a história romana, nosso personagem categorizou seus diversos períodos e variados grupos político-religiosos através da alteridade. Nesse sentido, os autores realizam uma distinção dos judeus em suas obras, definindo-os como não-cristãos. Portanto, verifica-se na obra de Orósio a representação do *outro*, definindo quem é e quem não é cristão, quem faz e quem não faz parte do cristianismo, trazendo, assim, algumas noções de alteridade para suas narrativas. Dessa maneira, o discurso orosiano é pautado na crítica do outro. Ou seja, para colocar o cristianismo em posição de superioridade e defender seu ponto de vista, o presbítero precisa colocar outros grupos e outras religiosidades em posição de inferioridade. François Hartog argumentou que o sujeito não percebe sua identidade sozinho, mas sim em sua relação com o outro, ou seja, a identidade é construída a partir da alteridade e das relações com esse outro. Em outros termos, podemos dizer que as narrativas produzidas pelos indivíduos também expressam suas visões de mundo. Para o historiador francês, ao analisarmos a narrativa, é importante observar como ela estabelece uma relação entre o narrador e um destinatário implícito no próprio texto. Nesse sentido, torna-se relevante compreender como essa narrativa traduz o outro e de que maneira convence o destinatário a acreditar na construção desse outro. Em outras palavras, é necessário identificar uma retórica da alteridade em ação no texto, capturando algumas de suas figuras e desmontando alguns de seus procedimentos. Resumidamente, o objetivo é reunir as regras pelas quais a fabricação do outro se concretiza (HARTOG, 2014, p. 228).

Além da categorização de grupos religiosos, Orósio também se debruça sobre o poder imperial, prática comum na Antiguidade Tardia. Os conceitos de “bons” e “maus” imperadores surgiram pela primeira vez no século II, utilizados pelos historiadores greco-romanos, coincidindo historicamente com o surgimento dos primeiros governantes da dinastia Antonina: o fundador Nerva (30–98) e seu sucessor imediato, o imperador Trajano (98–117). Durante o período que engloba a República e o Impé-

rio, o governo romano adotou diversas estratégias para atacar a memória daqueles imperadores que eram considerados inimigos públicos após sua morte. Os pormenores dos procedimentos levados a cabo são bem conhecidos através de um conjunto diversificado de documentações textuais: textos jurídicos, inscrições, obras poéticas, entre outros. As obras de natureza histórica são as que especialmente fornecem detalhes importantes sobre os modos, as formas pelas quais o processo de esquecimento de um indivíduo específico poderia ser realizado, bem como as formas variadas e específicas de aplicar essas medidas aos inimigos do Império (CUESTA FERNÁNDEZ, 2015, p. 279-80).

A partir do século II, os apologistas cristãos passaram a adotar o conceito de “mau imperador” e procuraram apropriar-se dele por meio de recursos literários disponíveis. Além disso, eles acrescentaram a essa ideia a noção de que um mau imperador deveria ter se comportado como um perseguidor, opondo-se incessante e ferozmente às decisões do Senado, agredindo e executando membros da ordem senatorial, e confiscando seus bens, entre outras ações contrárias aos interesses desse grupo social. Melitón de Sardis foi o primeiro autor cristão a aplicar, justificar e demonstrar essa ideia com exemplos concretos, com o claro propósito apologético (CUESTA FERNÁNDEZ, 2015, p. 281). Paulo Orósio, por sua vez, dedica-se amplamente a defender o Império Romano cristão em detrimento do politeísta em sua obra. Por esse viés, entendemos que o autor hispânico projeta em seu texto os acontecimentos coevos a sua existência. Em outras palavras, acreditamos que Orósio defende um Império Romano cristão por idealizar e almejar que isso se concretize, desejando, principalmente, a vitória da vertente nicena.

Isso à vista, postulamos que, ao defender a doutrina do cristianismo niceno, Paulo Orósio apresentou uma série de argumentos contrapondo várias religiões e formas de religiosidade em sua narrativa. Além disso, ele estabeleceu comparações entre os imperadores que não professavam o cristianismo com aqueles que adotaram a fé cristã e, inclusive, entre os períodos romanos anteriores à legalização e oficialização da religião cristã. Vejamos de forma comparativa como Orósio se refere aos imperadores cristãos Constantino e Teodósio e ao imperador neo-platônico Juliano:

Com a morte, como registrei, de Constantius na Britânia, Constantino foi feito imperador. Com exceção de Filipe, cujo breve reinado como imperador cristão parece ter acontecido simplesmente para que o milênio de Roma pudesse ser dito ter ocorrido sob o domínio de Cristo em vez de ídolos, Constantino foi o primeiro imperador cristão. No entanto, após Constantino, todos os que foram feitos imperadores até os

dias atuais sempre foram cristãos, com exceção de Juliano, cuja vida amaldiçoada, dizem, abandonou-o enquanto ele planejava blasfêmias (ORÓSIO, VII, 28, 1-2).

Mascezil já sabia, pelo exemplo de Teodósio, o quanto as orações de um homem feitas na Fé de Cristo obtêm da misericórdia de Deus em circunstâncias desesperadoras, e ele foi para a Ilha de Capraria, de onde levou consigo alguns servos sagrados de Deus que foram movidos por suas orações. Com eles, ele passou o tempo orando, jejuando e cantando salmos, sem cessar nem de dia nem de noite, e assim obteve uma vitória sem lutar e a reconquista da África sem derramamento de sangue (ORÓSIO, VII, 36, 5).

Juliano, o Apóstata: sua morte é um castigo de Deus (ORÓSIO, VII).

Os trechos acima nos permitem estabelecer conexões concretas entre a postura religiosa de Paulo Orósio e sua análise política. O presbítero de Braga elogia e atribui sucesso aos imperadores que adotaram o cristianismo, enquanto descredita Juliano. Orósio afirma que um homem bom, como Teodósio, recebe misericórdia do Deus cristão. Por outro lado, Juliano, que não compartilhava dessa mesma religião, seria castigado com a morte por esse mesmo Deus. A contraposição de superior/ inferior é utilizada também para se referir aos cismas cristãos do período e eleger a fé nicena como ortodoxa. Vejamos:

Enquanto isso, a infundável hostilidade maligna do Diabo para com o Deus Verdadeiro, que desde o início dos tempos até os dias de hoje tem confundido os inconstantes corações dos homens, desviando-os da verdadeira fé e do caminho da religião. Uma vez, quando os imperadores cristãos usaram seu poder imperial e mudaram as coisas para melhor, ele cessou de perseguir a comunidade de Cristo por meio do amor à idolatria e inventou um instrumento diferente pelo qual poderia usar esses mesmos imperadores cristãos para causar danos à Igreja de Cristo. De fato, Ário, fundador da nova heresia, e todos os seus outros discípulos encontraram acesso rápido e fácil à amizade do imperador Constâncio. Constâncio estava convencido de que existem diferentes hierarquias no poder divino e, este imperador, que havia escapado do erro da idolatria pela porta verdadeira, volta ao seio dela por uma espécie de porta falsa, buscando nela diferentes deuses. A consequência é que seu poder desonrado está armado com zelo maligno e, sob o pretexto de realizar atos sagrados, uma violenta perseguição é iniciada. Discute-se a escolha de um novo nome: se a Igreja deveria ser chamada de ariana em vez de católica. Esses eventos foram seguidos por um terrível terremoto que destruiu um grande número de cidades no leste (ORÓSIO, *Histórias*, VII, 29, 2-5).

Portanto, além de elogiar os imperadores que adotaram o cristianismo, nosso autor antigo, Orósio, identifica que o próprio cristianismo enfrentava conflitos no período em que escreveu sua obra. Ele menciona o arianismo e

afirma que as, chamadas por ele, heresias podiam prejudicar a igreja cristã nicena, minando inclusive a relação estabelecida entre o cristianismo e o poder imperial. Isto é, a boa relação entre o cristianismo e os imperadores a favor dessa religião. Nessa passagem, Paulo Orósio critica o imperador Constâncio, que estava alinhado ao arianismo, e afirma que seu poder desonrado estava armado com um zelo maligno. Além disso, o presbítero pondera que, naquele momento, havia uma discussão sobre se a igreja deveria ser chamada de ariana em vez de nicena. Gostaríamos de fazer uma observação sobre esse trecho: Orósio utiliza o termo “igreja cristã” para se referir à organização eclesiástica que seguia o credo niceno. No entanto, não acreditamos que a igreja deva ser vista como uma unidade político-religiosa, pois enfatizamos que o cristianismo enfrentava diversos cismas internos nesse período, conforme evidenciado pelo próprio Paulo Orósio.

Quanto às preocupações de Orósio, acrescentamos também o fator político. Entendemos que as transformações advindas das migrações bárbaras, da diminuição do poder imperial na parcela ocidental do Império e outros eventos que se transcorreram nos séculos IV e V ameaçavam também a consolidação do credo niceno. O responsável pela defesa da *ecclesia* nicena era o imperador romano e sua autoridade, principalmente transmitida através da legislação imperial. Isso à vista, as alterações no âmbito político do Império poderiam remover ou deslocar o apoio dado aos nicenos. Assim, aventamos que a tentativa de Orósio de defender os imperadores cristãos e inocentar o cristianismo diante das crises vivenciadas pelo poder imperial ia ao encontro de garantir a defesa, apoio e financiamento para a *ecclesia* nicena.

Com base nisso, podemos observar que Paulo Orósio dedica-se a defender a religião cristã, em particular, o credo niceno. Para esse fim, o autor utiliza exercícios retóricos de comparação que envolvem noções de diferença e alteridade. Assim, ao escrever sua obra de natureza apologética, o presbítero narra eventos históricos e expressa suas opiniões sobre os conflitos político-religiosos dos séculos IV e V a partir da perspectiva cristã nicena, considerada por ele e pela legislação do Império Romano, como oficial e ortodoxa.

## Considerações finais

As obras de Amiano Marcelino e Paulo Orósio, diante de seus contextos particulares, revelam que esses autores foram observadores atentos dos eventos políticos, culturais, religiosos e bélicos de seu tempo. Essa



conjuntura influenciou a maneira como os eventos foram interpretados e narrados por eles.

Amiano Marcelino testemunhou, sobretudo em razão de sua carreira militar e sua *dignitas*, acontecimentos bastante marcantes para a História do Império Romano. Como o deslocamento cada vez mais consolidado da capital imperial de Roma para Constantinopla, embora a primeira nunca tenha perdido sua relevância. Além disso, observou os eventos ocorridos durante o governo da Dinastia Constantiniana, que abarcavam conflitos intrafamiliares, com disputas pelo poder entre irmãos e parentes, lutas contra usurpadores que surgiam em várias regiões, ameaças dos bárbaros nas vastas áreas fronteiriças e a disseminação da religião cristã e seus conflitos dogmáticos e contra as outras religiões.

O historiador antioquiano descreve a sua história do Império Romano da perspectiva de um cidadão romano oriental de origem grega, um militar e um seguidor da religião greco-romana. Amiano escreveu sob um governo hostil a qualquer religião que não fosse o cristianismo niceno e que teria uma conduta que o antioquiano reprovava nas negociações militares com os persas. Algumas das críticas apresentadas pelo autor militar sobre os governos dos imperadores citados por ele, parecem ter sido uma maneira sutil de demonstrar suas considerações ao governo vigente.

As *Res Gestae* dão maior ênfase à descrição de eventos políticos e militares, no entanto, em alguns momentos, casos relacionados aos cristãos e ao cristianismo foram mencionados, uma vez que estavam diretamente ligados aos episódios narrados por Amiano. Simultaneamente, esse historiador parece ter escolhido ter cautela ao criticar os cristãos, optando por relatar apenas os eventos que considerava de extrema importância para sua narrativa.

Paulo Orósio, por outro lado, vivenciou as instabilidades geradas pelas migrações bárbaras no Ocidente, os abalos de um poder imperial fragmentado, somados aos conflitos gerados pelas dissidências religiosas, como o arianismo e o priscilianismo. Orósio busca defender o imperador não só porque ele é cristão, mas pela necessidade de resguardar uma unidade diante do medo que o afligia, o fim do Império, que estava cada vez mais instável no ocidente. Para Paulo Orósio, tal acontecimento impactaria diretamente na manutenção da integridade da fé nicena. Esse religioso via na figura imperial o poder, de certa forma, centralizador, que unificaria e protegeria o cristianismo e o território do Império ao mesmo tempo. Em contrapartida, critica o Imperador Constâncio II, também alvo de Amiano, por sua associação com o cristianismo ariano, um fator que desencadeou

a desestabilização da harmonia cristã para Orósio.

A obra *Historiae Adversus Paganos* é resultado desse contexto. O saque de Roma de 410 pelos visigodos teve grande repercussão nesta obra cujo principal aspecto é a descrição dos diferentes períodos e grupos político-religiosos por meio da alteridade. Orósio idealiza o cristianismo niceno e coloca tanto as outras vertentes da fé cristã quanto as outras religiões como uma oposição, o outro. Esse autor escreveu com o objetivo de mostrar que os problemas enfrentados pelo Império Romano eram consequências dos “pecados dos pagãos” e não do cristianismo.

A despeito das inúmeras diferenças entre esses dois autores de contextos tão distintos e, ao mesmo tempo, intercambiáveis, notamos alguns lugares comuns em suas narrações no tocante a eventos ocorridos no Império Romano em seus recortes temporais. É interessante notar que a escrita de ambos demonstra grande conhecimento das regiões e povos citados por eles, reflexo das inúmeras viagens que fizeram onde puderam observar com atenção o seu entorno. Ademais, Amiano Marcelino e Paulo Orósio expressam suas visões de “bons” e “maus” Imperadores, com critérios, na maioria das vezes, opostos. Sendo a figura do Imperador um bom exemplo dessa oposição, todavia, mesmo que por razões diferentes, ambos criticam o Imperador Constâncio II. Finalmente, podemos notar nessas obras evidências dos confrontos entre as distintas religiões e entre as controvérsias cristãs, das ameaças dos conflitos políticos internos e das invasões bárbaras características do Império Romano Tardio.

## Referências bibliográficas

### *Documentações textuais*

AMIANO MARCELINO. *Historias*. Trad. y notas de Carmen Castillo García, Concepción Alonso del Real Montes e Álvaro Sánchez-Ostiz Gutiérrez. Barcelona: Gredos, 2010. (Biblioteca Clásica Gredos, 385).

AMMIANUS MARCELLINUS. *History*. Vol. 1. Trad. John C. Rolfe. (Loeb Classical Library, 300). London: Harvard University Press, 1935.

AMMIANUS MARCELLINUS. *History*. Vol. 2. Transl. John C. Rolfe. (Loeb Classical Library, 315). London: Harvard University Press, 1940.

JULIAN. *Orations I–V*. With an English translation by W. C. Wright. (Loeb Classical Library, 13). Cambridge: Harvard University Press, 1913a.

JULIAN. *Orations VI–VIII*. Letters to Themistius, To the Senate and People of Athens, To a Priest. The Caesars. Misopogon. With an English translation by W. C. Wright. (Loeb Classical Library, 29). Cambridge: Harvard University Press, 1913b.

JULIANO. *Discursos I–V*. Introducción, trad. y notas de José García Blanco. (Biblioteca Clásica Gredos, 17). Madrid: Gredos, 1979.

JULIANO. *Discursos VI–XII*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. (Biblioteca Clásica Gredos, 45). Madrid: Editorial Gredos, 1982.

JULIEN. *Oeuvres Complètes*: discours de Julien César (I–V). 3. ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 1, 2003a.

JULIEN. *Oeuvres Complètes*: discours de Julien Empereur (VI–IX). A Thémistius – Contre Héracléios le Cynique. Sur la Mère des Dieux. Contre les cyniques ignorants. 2. ed. Texte établi et traduit par Gabriel Rochefort. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 1, 2003b.

JULIEN. *Oeuvres Complètes*: discours de Julien Empereur (X–XII). Les Césars. Sur Hélios-Roi, Le Misopogon. 2. ed. Texte établi et traduit par Christian Lacombrade. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 2, 2003c.

JULIEN. *Oeuvres Complètes*: lettres et fragments. 5. ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 2, 2004.

OROSIO, Paulo. *Historias*. Libros I–IV. Trad. y notas de Eustaquio Sánchez Salor. (Biblioteca Clásica Gredos, 53). Madrid: Gredos, 1982a.

OROSIO, Paulo. *Historias*. Libros V–VII. Traducción y notas de Eustaquio Sánchez Salor. (Biblioteca Clásica Gredos, 54). Madrid: Editorial Gredos, 1982b.

OROSIUS. *Seven Books of History against the Pagans*. Transl. with an introduction and notes by A. T. Fear. Liverpool: University Press, 2010. (Translated Texts for Historians, 54).

*The Theodosian Code and Novels and The Sirmondian Constitutions*. A translation with commentary, glossary, and bibliography by Clyde Pharr, in collaboration with Theresa Sherrer Davidson and Mary Brown Pharr. With an introduction by C. Dickerman Williams. New York: Greenwood Press, 1952.

## *Obras gerais*

ALONSO-NÚÑEZ, J.M. The Emperor Julian's 'Misopogon' and the conflict between Christianity and paganism. *Ancient Society*, v. 10, p. 311-324, 1979.

ATHANASSIADI, Polymnia. *Julian: an intellectual biography*. London; New York: Routledge, 1992.

BARNES, Timothy D. *Athanasius and Constantius*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

BARNES, Timothy D. *Ammianus Marcellinus and the representation of historical reality*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1998.

BIDEZ, Joseph. *La vie de l'Empereur Julien*. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2012.

BOWERSOCK, Glen Warren. *Julian the Apostate*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

BOWERSOCK, Glen Warren. *Julian the Apostate*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

CARVALHO, Margarida Maria de. História, presságios memoráveis e a morte do imperador Juliano na obra de Amiano Marcelino (390–392 d.C.). *História (São Paulo)*, v. 39, p. 1-18, 2020.

- CRAWFORD, Peter. *Constantius II: usurpers, eunuchs and antichrist*. Barnsley: Pens and Sword books, 2016.
- CUESTA FERNÁNDEZ, Jorge. La divinidad del emperador romano y la sacralización del poder imperial en las *Historiae adversus Paganos* de Paulo Orosio. Sobre Domiciano (Oros. Hist. VII, 10, 5) y Augusto (Oros. Hist. VI, 20). *ARYS Antigüedad – Religiones y Sociedades*, Madrid, v. 12, p. 367-394, 2014.
- CUESTA FERNÁNDEZ, Jorge. La imagen del emperador malo y del perseguidor anti-cristiano en las *Historiae adversus paganos* de Paulo Orosio. Un Estudio Comparativo. *Antesteria. Debates de Historia Antigua*, Madrid, v. 4, p. 279-296, 2015.
- EMION, Maxime. Ammianus and the dignitas protectoris. In: HANAGHAN, Michael; WOODS, David (eds.). *Ammianus Marcellinus from soldier to author*. London: Brill, 2022.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. Cristianos y judíos: separados por la ley (CTh III, 7,2–IX, 7,5). *Revista Digital de la Escuela de Historia Facultad de Humanidades y Artes*, Rosario, v. 3, n. 1, p. 31-51, 2011.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. El priscilianismo hoy: balance, perspectivas y aportaciones sobre la injerencia imperial en los conflictos eclesiásticos. *Gerión – Revista de Historia Antigua*, v. 39, n. 2, p. 469-484, 2021.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. Emperadores y leyes en época teodosiana (Codex Theodosianus 16, 5, De Haereticis). In: ESCRIBANO PAÑO, M. V.; TESTA, Rita Lizzi (eds.). *Política, religión y legislación en el Imperio Romano (ss. IV y V d.C.)*. Bari: Edipuglia, 2014, p. 61-82.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. Fronteras religiosas en Codex Theodosianus XVI: normativa y retórica. *Atti dell'Accademia Romanistica Costantiniana, XXI Convegno Internazionale, Frontiere della Romanità nel mondo tardoantico, Appartenenza, contiguità, alterità tra normazione e prassi*, Perugia 2016, p. 39-64.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. Intolerancia religiosa y marginación geográfica en el s. IV d.c.: los exilios de Eunomio de Cízico. *Stud. hist, Hg antig.*, Salamanca, n. 21, p. 177-207, 2003.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. Las leyes contra los heréticos bajo la dinastía teodosiana (379–455) y su efectiva aplicación. *Mainake*, n. 31, p. 95-113, 2009.
- ESCRIBANO PAÑO, María Victoria. Las posesiones de los heréticos en Codex Theodosianus XVI: la normativa. *Atti dell'Accademia romanistica costantiniana*, n. 23, 2019, p. 703-735.
- FERGUSON, Thomas C. *The past is prologue: the revolution of Nicene historiography*. Leiden: Brill, 2005.
- FRIGHETTO, Renan. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 161-178, 2006.
- FRIGHETTO, Renan. Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. *Dimensões*, Vitória, v. 25, p. 114-130, 2010.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

- HUMPHRIES, Mark. Christianity and paganism in the Roman Empire, 250–450 ce. In: LOSSL, Josef; BAKER-BRIAN, Nicholas (eds.). *A companion to religion in Late Antiquity*. Hoboken, NJ : John Wiley & Sons, 2018.
- HUNT, E. D. Christians and christianity in Ammianus Marcellinus. *The Classical Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 186-200, 1985.
- KLEINMAN, B. The crisis at Antioch under Julian the Apostate. *Hirundo*, bd. 7, p. 67-76, 2008-2009.
- KULIKOWSKI, Michael. *Late Roman Spain and Its cities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- LAMAS NOYA, Francisco José. Orosio y las herejías hispanas: el Priscilianismo y el Origenismo (Introducción biográfica y breve análisis del Conmonitorio). *Anuario Brigantino*, Betanzos, n. 36, p. 79-107, 2013.
- MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. Arianistas. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas, e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTÍNEZ CAVERO, Pedro. *El pensamiento histórico y antropológico de Orosio*. Madrid: Universidade de Murcia, 2002.
- PAPA, Helena Amália. A autoafirmação de um bispo: Gregório de Nissa e sua visão condenatória aos Eunomianos (360–394 d.C.). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.
- PAPA, Helena Amália. *A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV D.C.)*. São Paulo, Annablume, 2013.
- SÁNCHEZ SALOR, Eustáquio. Introducción general. In: OROSIO, Paulo (ed.). *Historias*. Libros I-IV. Trad. y notas de Eustaquio Sánchez Salor. (Biblioteca Clásica Gredos, 53). Madrid: Gredos, 1982, p. 7- 69.
- SILVA, Gilvan Ventura da. “É possível controlar a multidão?” Libânio em defesa de Juliano e contra a população de Antioquia (séc. IV). *Heródoto*, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 374-393, 2018.
- THOMPSON, Edward Arthur. *The historical work of Ammianus Marcellinus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1947.
- VAN DAM, Raymond. *Becoming christian: the conversion of Roman Cappadocia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.
- VAN NUFFELEN, Peter. *Orosius and the rhetoric of history*. Oxford: Oxford University Press, 2012.